- LVIII -**PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA SELEÇÃO DE
DIRETORES DE ESCOLAS PÚBLICAS: CENÁRIOS NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO****Daniela Patti do Amaral**Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
danielapatti.ufrj@gmail.com

Partimos do pressuposto que participação da comunidade escolar no processo de seleção de diretores de escolas públicas é um dos critérios para uma gestão democrática aqui entendida como “um processo político no qual as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola” (SOUZA, 2009, pg.125). Compartilhamos a perspectiva apresentada por Paro (2007) de que comunidade escolar é “o conjunto de pais/famílias que, ou por residirem no âmbito regional servido por determinada escola, ou por terem fácil acesso físico a ela, são usuários, efetivos ou potenciais de seus serviços” (p.256).

O Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) determinou, na estratégia 19.1, priorizar o repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar. Na perspectiva de analisar os sentidos atribuídos à participação da comunidade no processo de seleção dos diretores das escolas públicas realizamos um levantamento nos *sites* das Prefeituras, Câmaras de Vereadores e Secretarias Municipais de Educação dos 92 municípios do estado do Rio de Janeiro no período de janeiro a dezembro de 2018 em busca de legislações que tenham regulamentado o processo de seleção de diretores aprovadas após a sanção dos respectivos Planos Municipais de Educação. Foram localizadas legislações que disciplinam a gestão democrática em vinte e cinco municípios: Três Rios; Porto Real; Cordeiro; Duque de Caxias; Valença; Sumidouro; Niterói; Iguaba Grande; Carmo; Aperibé; Areal; Rio de Janeiro; Cabo Frio, Natividade, Nova Friburgo, Saquarema, Casimiro de Abreu; Comendador Levy Gasparian; São Francisco do

Itabapoana; Duas Barras; Paraty; Itaguaí, Nova Iguaçu, Quatis e Seropédica. As análises das legislações contemplaram mais de 27% dos municípios fluminenses localizados nas diferentes regiões do estado permitindo formar um cenário diverso do movimento político acerca da participação da comunidade nos processos de seleção de diretores. Adicionalmente, comparamos as formas de participação presentes nestas legislações específicas com os Planos municipais de Educação e a Lei Orgânica dos 27 municípios de forma a analisar se os municípios apresentavam ordenamentos legais alinhados ou infidelidades normativas (LIMA, 2011). Conforme destacado por Mendonça (2001), os mecanismos de provimento do cargo de diretor escolar são reveladores das concepções de gestão democrática adotadas pelos sistemas de ensino.

Nos apoiamos no ciclo de políticas (BOWE, BALL & GOLD, 1992) com foco no contexto de produção dos textos legais. O ciclo de políticas foi definido como tendo três contextos principais inter-relacionados e sem uma relação temporal sequencial, mas que envolvem lutas e embates: o contexto da influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. Posteriormente, Ball (1994) expandiu o ciclo de políticas desenvolvendo mais dois contextos: o dos resultados/efeitos e o contexto da estratégia política. O contexto de influência trata das influências globais, internacionais, nacionais, regionais e locais que fizeram com que determinada política fosse aprovada naquele momento e daquela forma e está diretamente relacionado ao contexto da produção do texto que reúne todos os textos daquela política, seja em *sites*, leis, materiais impressos, memorandos, orientações por escrito ou ofícios, sendo, portanto, mais prescritivo do que o contexto da prática. Nesse sentido, a fim de compreendermos esse contexto, fizemos uma análise das concepções de participação da comunidade traduzidas nas legislações.

O que podemos concluir em relação ao complexo quadro sobre a participação da comunidade no processo de seleção de diretores é um emaranhado de normativas que não dialoga dentro do próprio município demonstrando baixo grau de institucionalidade e elevado grau de infidelidade normativa. Nesse sentido, podemos agrupar os municípios em três categorias: um primeiro grupo com alto grau de fidelidade normativa que contempla aqueles que mantêm uma perspectiva de alinhamento às determinações postas nas legislações. Poderíamos inferir a partir dessa perspectiva que o município, independentemente do quadro político, segue um mesmo percurso normativo em relação à seleção de diretores. Aperibé, Paraty, Quatis e Natividade são os municípios que se mantiveram fiéis às normativas tendo aprovado eleições em todas as legislações. Casimiro de Abreu, Duque de Caxias; Iguaba Grande; Niterói; Porto Real; Rio de Janeiro; Sumidouro;

Cabo Frio, Seropédica, Nova Friburgo, Itaguaí, São Francisco do Itabapoana e Carmo aprovaram eleições em duas legislações formando um segundo grupo que oscila entre os dois termos nas três legislações consultadas e apresenta um grau menos elevado de fidelidade normativa demonstrando oscilações no percurso que define o processo de seleção de diretores ora como consulta, ora como eleição. Por fim, um terceiro grupo em que essa matéria não aparece nas Leis Orgânicas nem no Plano Municipal de Educação, sendo colocada em cena somente nas legislações mais recentes que regulamentaram o processo de seleção de diretores, demonstrando um cenário em que os momentos e movimentos políticos anteriores destes municípios não colocaram em pauta o debate sobre a seleção de diretores de escolas públicas. Esse cenário pode ser visualizado em Areal; Cordeiro; Três Rios; Valença, Comendador Levy Gasparian, Duas Barras, Nova Iguaçu e Saquarema.

Os modelos analisados exprimem a política posta em cena em cada município. Contudo, ressaltamos a relevância da reflexão sobre a participação da comunidade na seleção e diretores. O PNE, percebido aqui como indutor dos Planos estaduais e municipais de educação e demais legislações, pretendeu universalizar o processo, mas não as suas ressignificações, os sentidos, as histórias, políticas, culturas e práticas de cada ente federado tendo em vista que múltiplos leitores das políticas geram múltiplas leituras.

Observamos que as legislações analisadas oscilam entre os termos eleição e consulta pública marcando uma tensão posta ao campo da pesquisa em gestão democrática – afinal quais os limites e as possibilidades das duas formas? Como se materializa a escuta à voz da comunidade na seleção e diretores por meio da eleição e da consulta? Amaral (2016) argumenta que, em relação à eleição, várias questões precisam ser acompanhadas no âmbito das redes públicas de educação: quem vota; se o voto é paritário; como serão construídos os processos de formação de chapas; a campanha; a votação; a contagem dos votos; etc. No caso de uma consulta pública, a autora indaga se será formada uma lista tríplice para nomeação do executivo de qualquer candidato presente na lista. Afinal, se é uma consulta, o executivo pode ou não nomear o primeiro nome da lista e, dessa forma, estará respeitando a decisão da comunidade, não necessariamente o nome mais votado. Utilizando uma metáfora de uma escala, acreditamos que a consulta à comunidade é menos democrática que a eleição. Afinal, ser consultado não garante efetivamente o cumprimento do que foi definido pelos votantes, dando margem a listas tríplices ou outras estratégias de nomeação pelo executivo que podem manter desenhos patrimonialistas nas redes públicas e fazer valer a vontade do executivo frente à vontade da comunidade.

Concluímos que há muito que percorrer no sentido de que a comunidade entre em cena no fazer político cotidiano da tomada de decisões através de práticas e ações que contemplem todos aqueles a quem à escola se destina e aos que escolheram ali trabalhar.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Daniela Patti do. Mérito, desempenho e participação nos planos municipais de educação: sentidos da gestão democrática - **RPGE– Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v.20, n.03, p. 385-404, 2016.

BALL, Stephen. *Education Reform: a critical and post-structural approach*. London: Open. University Press, 1994.

BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. **Educação & Sociedade**, ano XXII, nº 75, Agosto/2001.

PARO, Vitor Henrique. Estrutura da escola e prática educacional democrática. **30ª. Reunião anual da ANPED**. Caxambu, MG, 2007. Disponível em: <<http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT05-2780--Int.pdf>>. Acesso em 12 de janeiro de 2018.